



COMEX

2024

Demonstrações Financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro

AGCOMEX Comercial Exportadora Ltda.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

CONTEÚDO

- Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras
- Balanço Patrimonial
- Demonstração do Resultado
- Demonstração de Resultado Abrangente
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Marcio Magno
Diretor Centro de Gestão
marcio.magno@agnet.com.br

Phillip Lima
Gerente de Contabilidade
phillip.lima@agnet.com.br

SUMÁRIO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS	2
BALANÇO PATRIMONIAL.....	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	6
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	8
1. CONTEXTO OPERACIONAL	9
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	9
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	11
4. IMPOSTOS A RECUPERAR	11
5. PARTES RELACIONADAS.....	12
6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	12
7. PROVISÕES PARA RISCOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES.....	12
8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13
9. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA.....	13
10. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO	14
11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	14

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Aos Quotistas e diretores da
AGCOMEX Comercial Exportadora Ltda.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da AGCOMEX Comercial Exportadora Ltda (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da AGCOMEX Comercial Exportadora Ltda. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme demonstrado na nota explicativa nº 5, a Companhia possui transações significativas com partes relacionadas, representadas por operações financeiras e comerciais, cujos resultados financeiros poderiam ser diferentes caso fossem realizadas com terceiros. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da empresa e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 28 de março de 2025



Alexandre Cardoso Freitas
CRC – MG-060.762/O-4

RSM Brasil Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-030.002/O-7

RSM

AGCOMEX Comercial Exportadora Ltda.
Balço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (expressos em R\$ mil)



COMEX

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1	4
Adiantamentos diversos		-	395
Total do ativo circulante		1	399
Não circulante			
Ativo realizável a longo prazo			
Créditos com partes relacionadas	5	41.689	37.287
Impostos a recuperar	4	1.676	1.691
Depósitos judiciais, cauções e outros ativos		444	49
Total do ativo não circulante		43.809	39.027
Total do ativo		43.810	39.426
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e subempreiteiros		68	122
Impostos e contribuições a recolher	6	665	664
Outros passivos circulantes		4	-
Total do passivo circulante		737	786
Não circulante			
Impostos e contribuições a recolher	6	1.533	2.061
Total do passivo não circulante		1.533	2.061
Total do passivo		2.270	2.847
Patrimônio líquido			
Capital social	8	31.139	30.268
Reserva legal		402	197
Resultados acumulados		10.000	6.114
Total do patrimônio líquido		41.540	36.579
Total do passivo e patrimônio líquido		43.810	39.426

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AGCOMEX Comercial Exportadora Ltda.
Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro (expressos em R\$ mil)



COMEX

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	9	(56)	(29)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquido		-	(4)
		(56)	(33)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos			
		(56)	(33)
Resultado financeiro, líquido	10	4.146	(1.606)
Resultado líquido do exercício			
		4.090	(1.639)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AGCOMEX Comercial Exportadora Ltda.
Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro (expressos em R\$ mil)



COMEX

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Resultado líquido do exercício	4.090	(1.639)
Resultado abrangente do exercício	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	4.090	(1.639)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AGCOMEX Comercial Exportadora Ltda.
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro (expressos em R\$ mil)



COMEX

	Capital social	Reserva legal	Resultados acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	29.589	197	7.753	37.539
Aumento de capital	679	-	-	679
Resultado líquido do exercício	-	-	(1.639)	(1.639)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	30.268	197	6.114	36.579
Aumento de capital	871	-	-	871
Resultado líquido do exercício	-	-	4.090	4.090
Constituição de reserva legal	-	205	(205)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	31.139	402	10.000	41.540

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AGCOMEX Comercial Exportadora Ltda.
Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro (expressos em R\$ mil)



COMEX

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Resultado líquido do exercício		4.090	(1.639)
Ajustes para reconciliar o resultado líquido com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Variações cambiais líquidas	10	(4.402)	1.226
		(312)	(413)
(Aumento) redução dos ativos operacionais			
Adiantamentos diversos		395	(62)
Depósitos judiciais, cauções e outros ativos		(395)	(49)
Impostos a recuperar		15	28
		15	(83)
Aumento (redução) dos passivos operacionais			
Fornecedores e subempreiteiros		(54)	122
Impostos e contribuições a recolher		(527)	(350)
Outros passivos		4	-
		(577)	(228)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(874)	(724)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Aumento de capital	8	871	679
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		871	679
Redução do saldo de caixa e equivalente de caixa		(3)	(45)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		4	49
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		1	4
Redução do saldo de caixa e equivalente de caixa		(3)	(45)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A AGCOMEX Comercial Exportadora Ltda. (“Empresa”) foi constituída em 28 de junho de 2005, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, e possui uma filial na cidade de São Paulo/SP. A principal atividade operacional da Empresa é a prestação de serviços de exportação de produtos manufaturados e semimanufaturados. A comercialização das suas mercadorias ocorre exclusivamente nos projetos em que o Grupo Andrade Gutierrez, da qual a Empresa faz parte, está envolvida, com foco principalmente em obras no exterior, especialmente na América Latina e na África.

No exercício de 2022 O Grupo Andrade Gutierrez (“Grupo AG”) realizou reorganização, societária por adaptação das estratégias empresariais, visando o aumento de sua participação em obras de clientes públicos, devido a diminuição significativa das operações nos mercados europeu e africano. Diante desse cenário, a Administração decidiu pela reestruturação dos negócios da Empresa, buscando expandir os segmentos de atuação. A partir do exercício de 2023, a Empresa começou a atuar no segmento de prestação de serviço de engenharia em geral com clientes públicos, em parceria com sua controladora Andrade Gutierrez Construções e Serviços S.A. Além desse fato, sua controladora garantirá a sua continuidade operacional, providenciando aportes de recursos se seja necessário.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de elaboração Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pela reavaliação de determinadas propriedades e instrumentos financeiros mensurados aos seus valores reavaliados ou seus valores justos no final de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, o Grupo leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras consolidadas é determinado nessa base, exceto por operações de pagamento baseadas em ações que estão inseridas no escopo da IFRS 2 (CPC 10 (R1)) – Pagamento Baseado em Ações, operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo da IFRS16 (CPC 06 (R2)) – Arrendamentos e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido a realizar mencionado na IAS 2 (CPC 16 (R1)) – Estoques ou valor em uso na IAS 36 (CPC 01 (R1)) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Empresa em 28 de março de 2025.

2.2. Principais políticas e práticas contábeis

As principais políticas contábeis usadas na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. As referidas políticas contábeis têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

As informações sobre julgamentos e estimativas realizadas na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 7:** Reconhecimento e mensuração de provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

2.3. Novos pronunciamentos contábeis, revisões, interpretações e orientações vigentes e não vigentes

As principais políticas contábeis usadas na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. As referidas políticas contábeis têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

2.3.1. Normas emitidas e revisadas em vigor no exercício presente

A Empresa aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Empresa decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Norma	Descrição da alteração
CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Esta revisão atualiza o CPC 18 para alinhar-se às alterações internacionais, fornecendo orientações sobre a aplicação do método da equivalência patrimonial em investimentos em coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto.
ICPC 09 (R3) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.	A ICPC 09 foi revisada para sua terceira versão, abordando Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Esta revisão busca esclarecer e orientar sobre a aplicação desses conceitos conforme as normas internacionais.
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	A OCPC 10 fornece diretrizes sobre o reconhecimento, mensuração e divulgação de Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de Emissão (allowances) e Créditos de Descarbonização (CBIO). Esta orientação é relevante para entidades envolvidas em atividades relacionadas a mercados de carbono e sustentabilidade.
CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado (DVA)	A revisão buscou alinhar as práticas contábeis brasileiras às normas internacionais, além de trazer maior clareza e aprimorar a apresentação das informações nas demonstrações financeiras.
CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa	Aplicação de novos requisitos de divulgação de acordos de financiamento de fornecedores e seus efeitos sobre os passivos, fluxos de caixas e exposição ao risco de liquidez das empresas. Para a entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial.
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações contábeis	Adicionalmente, inclui a alteração da divulgação de um passivo com cláusulas de covenants cujo cumprimento é até a data do balanço.

As alterações de normas descritas acima, que entraram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2024, não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Empresa.

2.3.2. Novas normas ou alterações em pronunciamentos contábeis não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Norma	Descrição da alteração
CPC 50 – Contratos de seguros	Adoção inicial.
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação tais como: arrendamentos e passivos para desmontagem e remoção.
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Prover mais orientações sobre materialidade, julgamentos e alterações nas divulgações de políticas contábeis. Introduz três categorias definidas para receitas e despesas: Operacionais, de investimento e de financiamento.
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover orientação sobre a distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis.
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R3) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover orientação para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Esclarece aspectos relacionados ao tratamento contábil e divulgação quando uma moeda tiver falta de conversibilidade em outra moeda.
CPC 48 - Instrumentos Financeiros	Esclarece aspectos relacionados a classificação e mensuração de instrumentos financeiros.

Em relação aos normativos e alterações descritos acima, com data de vigência para exercícios futuros, a Empresa está acompanhando as discussões e até o momento da emissão destas demonstrações financeiras não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

3.1. Política contábil

Este conjunto compreende os saldos em espécie nas contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, geralmente com vencimento inferior a três meses. Esses ativos são prontamente conversíveis em uma quantia conhecida de caixa e apresentam risco insignificante de variação de valor.

3.2. Composição

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de caixa e equivalentes de caixa, totalizou R\$1 (R\$4 em 31 de dezembro de 2023), representado principalmente por, a saldos em contas correntes bancárias sem restrição de liquidez.

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	1	4
	1	4

4. IMPOSTOS A RECUPERAR

4.1. Política contábil

Nesta rubrica, são reconhecidos os saldos de créditos tributários a recuperar, que têm origem, principalmente, em antecipações de contribuição social recolhida a maior em exercícios anteriores, além de em retenções de imposto sobre os resgates das aplicações financeiras. A Empresa reconhece os valores de imposto de renda retido na fonte a recuperar em seu balanço patrimonial à medida que efetua resgates em suas aplicações e quando o referido imposto é retido pela instituição financeira. Esses créditos são utilizados pela Empresa, sempre que permitido por lei, para compensar eventuais saldos a recolher provenientes de suas operações.

4.2. Composição

Os saldos de impostos a recuperar podem ser assim demonstrados:

	31/12/2024	31/12/2023
IR/CS (a)	1.675	1.690
Outros	1	1
	1.676	1.691

(a) Valores a compensar de antecipações de imposto de renda e contribuição social recolhidas a maior em exercícios anteriores.

5. PARTES RELACIONADAS

5.1. Composição

As transações entre a Empresa e suas coligadas e controladora são realizadas em condições negociadas entre as partes, representadas por operações financeiras e comerciais, cujos resultados financeiros poderiam ser diferentes caso fossem realizadas com terceiros. Os detalhes sobre os principais saldos de ativos e passivos são apresentados a seguir:

Natureza	31/12/2024		31/12/2023		
	Ativo	(Passivo)	Ativo	(Passivo)	
Ativo (Passivo) Não Circulante					
<i>Controladora final</i>					
Andrade Gutierrez Engenharia S.A. (a)	Notas de débito	24.267	-	24.267	-
<i>Outras Partes Relacionadas:</i>					
AG Engenharia (Sucursal Gana) (b)	Contas comerciais	13.921	-	9.994	-
Consórcio Monte Grande (b)	Contas comerciais	1.890	-	1.478	-
Demais obras/projetos do Grupo (b)	Contas comerciais	487	-	424	-
Outros	Outros	1.124	-	1.124	-
		41.689	-	37.287	-

- (a) A posição ativa refere-se à cessão de créditos de IR diferido apurados em 2019, referente à vários prejuízos fiscais e base negativa, no montante de R\$22.236. Adicionalmente, a partir do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 a Empresa assumiu parcelamento fiscal de sua investida indireta Andrade Gutierrez Engenharia.
- (b) Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de contas a receber no montante de R\$16.298 (R\$11.896 em 31 de dezembro de 2023), refere-se às exportações de materiais e equipamentos para obras do Grupo Andrade Gutierrez no exterior, especialmente na África. A variação entre os exercícios é atribuída às flutuações do dólar. A Administração da Empresa espera que a quitação desses valores ocorra ao longo dos próximos exercícios.

6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

A composição dos saldos de impostos a recolher está demonstrada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Parcelamento ordinário (a)	2.162	2.690
PIS/COFINS/CSLL retido de terceiros	35	34
Outros	1	1
	2.198	2.725
Circulante	665	664
Não circulante	1.533	2.061
	2.198	2.725

- (a) No exercício de 2022, a Empresa solicitou o parcelamento Ordinário/Simplificado, conforme Lei nº10.522/2002, dentro dos limites permitidos pela legislação vigente, para quitar débitos vencidos. O saldo do parcelamento é atualizado pela taxa SELIC e será quitado em 60 parcelas. Parcelamento referente aos tributos assumidos da controladora indireta Andrade Gutierrez Engenharia S.A. A composição do referido parcelamento inclui tributos previdenciários, tributos retidos e demais tributos federais.

7. PROVISÕES PARA RISCOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES

7.1. Política contábil Provisões para riscos

A Empresa e suas controladas revisam periodicamente suas provisões para riscos. Estas provisões são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, considerando a opinião de seus advogados e assessores jurídicos, que concluem pela existência de risco provável de que recursos financeiros serão exigidos para liquidar as obrigações, e que o montante possa ser razoavelmente estimado. Os valores das provisões para riscos são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam sua mensuração adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

A Administração monitora periodicamente o desenvolvimento desses processos e, com base na opinião de seus assessores jurídicos e nas políticas internas, constitui novas provisões sempre que surgem novos processos com prognóstico de perda provável ou há uma mudança desfavorável na estimativa de perda. Por se tratar de uma revisão de estimativa, todos os ajustes, positivos e negativos, nos saldos de provisões para riscos são reconhecidos diretamente no resultado do exercício em que tal mudança é identificada, sem que ocorram alterações nos resultados previamente divulgados.

Podem existir processos judiciais para os quais a Empresa não reconhece provisão para risco em suas demonstrações financeiras. Este cenário ocorre, conforme determinado pelo CPC 25, quando a avaliação dos assessores jurídicos conclui que os riscos de perda são: a) possíveis, exigindo apenas a divulgação em nota explicativa; ou b) remotos, para os quais não são exigidas quaisquer provisões ou divulgações.

7.2. Passivos contingentes

A Empresa é parte em outros processos, para os quais a Administração, com base na avaliação de seus advogados e assessores legais, internos e externos, e conforme determinação do CPC 25, não constituiu provisão para riscos trabalhistas, tributários ou cíveis, por entender que os riscos de perda não são prováveis, mas possíveis. Os processos cujo risco de perda é provável referem-se, principalmente, a ações civis públicas, em especial por atos de improbidade, ações relacionadas a licitações e seus desenvolvimentos e outras ações judiciais movidas por outras partes que se relacionam, ou relacionaram, com a Empresa e suas controladas na execução de seus projetos de engenharia. Em 31 de dezembro de 2024, os processos cuja probabilidade de perda é considerada como possível totalizam R\$111 (zero em 31 de dezembro de 2023), controladora e consolidado. Os advogados e assessores jurídicos da Empresa monitoram permanentemente a situação desses riscos, revisando seus prognósticos em relação ao desfecho final dessas sentenças, quando necessário.

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

8.1. Capital Social

O capital social subscrito, em moeda corrente nacional, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é composto por 31.320.270 quotas, sendo R\$31.139.379 reais já integralizados e R\$180.891 reais a integralizar (Em 31 de dezembro de 2023 era composto por 30.553.270 quotas, sendo R\$ 30.267.879 reais já integralizados e R\$ 285.391 reais a integralizar), com valor nominal de R\$1,00 (um real) por cada quota. O capital social da Empresa é composto da seguinte forma.

Quotistas	31/12/2024		31/12/2023	
	Quotas mil (Subscritas)	%	Quotas mil (Subscritas)	%
AG Construções e Serviços S.A	31.320	99,9993%	30.553	99,9993%
ADPAR - Administração e Participações Ltda	-	0,0007%	-	0,0007%
	31.320	100%	30.553	100%

8.2 Aumento de capital

Em maio de 2024, a Empresa aprovou um novo aumento de capital a ser realizado pela controladora AG Construções e Serviços S.A. no montante de R\$767 a ser integralizado em moeda corrente em até 12 meses.

Do montante de R\$871 integralizado durante o exercício de 2024, R\$285 refere-se integralização de capital subscrito conforme alteração contratual realizada em outubro de 2023 e R\$586 referente ao novo aumento de capital, conforme alteração contratual de maio de 2024.

9. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

9.1. Política contábil

Os custos e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, sendo registrado conforme sua relação com a realização das receitas. Despesas pagas antecipadamente e que se relacionam a exercícios futuros são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de duração.

9.2. Composição

A composição dos custos e despesas por natureza pode ser demonstrado da seguinte forma:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
	Despesas gerais e administrativas	Despesas gerais e administrativas
Contratação de serviços de terceiros	(51)	(21)
Impostos, taxas e encargos	(5)	(7)
Outros	-	(1)
Total	<u>(56)</u>	<u>(29)</u>

10. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

10.1. Composição

O resultado financeiro líquido é composto por:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receitas financeiras		
Juros de aplicações financeiras	5	7
	5	7
Despesas financeiras		
Juros de mora e taxas sobre outros passivos financeiros	(10)	(14)
Multa e juros sobre parcelamentos tributários	(234)	(356)
Outras despesas financeiras	(17)	(17)
	(261)	(387)
Variações cambiais líquidas	4.402	(1.226)
Resultado financeiro, líquido	<u>4.146</u>	<u>(1.606)</u>

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

11.1. Política contábil

Reconhecimento e mensuração inicial

Os saldos a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que se originam. Todos os demais ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros da Empresa se dão, geralmente, pelos valores justos destes itens, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos e administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros;

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros, quanto para a venda; ou

Valor justo por meio do resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendam a nenhum dos critérios descritos acima.

Passivos financeiros

Custo amortizado: principalmente destinado ao reconhecimento de passivos financeiros que não sejam mantidos para negociação, não sejam derivativos e que não tenham sido designados, em seu reconhecimento inicial, sob a opção de valor justo; ou

Valor justo: utilizado para o reconhecimento dos passivos financeiros mantidos para negociação e àqueles que, em seu reconhecimento inicial, forem designados sob a opção de valor justo, podendo ser feito o reconhecimento das alterações de valor justo através do resultado ou por meio de outros resultados abrangentes, a depender da natureza que originar tal alteração.

Provisão para perdas em ativos financeiros (impairment)

As perdas de crédito esperadas são mensuradas com base em estimativas ponderadas pelo risco de perda ao qual ativos financeiros da Empresa estão sujeitos. Os riscos de perda, geralmente, refletem o risco de crédito do instrumento financeiro ou da contraparte contratualmente vinculada, e leva em consideração informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. A depender das alterações ocorridas na percepção de risco de crédito, a Empresa pode reconhecer perdas esperadas para a vida inteira do ativo ou perdas esperadas para os próximos doze meses.

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela abaixo apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Os valores contábeis de ativos e passivos financeiros segregados por categoria são como segue:

	31/12/2024			31/12/2023	
	Nível 1	Valor contábil		Valor contábil	
		Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	1	1	-	4	-
Créditos com partes relacionadas		-	41.689	-	37.187
Depósitos judiciais, cauções e outros ativos		444	-	49	-
		445	41.689	53	37.187
Passivos					
Fornecedores e subempreiteiros		-	68	-	122
		-	68	-	122

Hierarquia de valor justo

Nível 1: Utiliza preços observáveis (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos, os quais a Empresa possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2: Utiliza preços observáveis em mercados ativos para instrumentos similares, preços observáveis para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais os inputs são observáveis; e

Nível 3: Instrumentos cujos inputs significativos não são observáveis. A Empresa não possui instrumentos financeiros nesta classificação.

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar todos os instrumentos financeiros ativos e passivos ao valor justo incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares; e
- Análise de fluxos de caixa descontados.

b) Gerenciamento de riscos

Os mapeamentos de riscos foram segregados em duas categorias: i. Risco de capital, que é o risco da Empresa garantir a sua continuidade e dos seus negócios em longo prazo; ii. Risco de mercado, que é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio e taxas de juros irão afetar os ganhos da Empresa ou o valor de seus instrumentos financeiros.

i. Gestão do risco de capital

A Empresa administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A Administração revisa, periodicamente, a estrutura de capital da Empresa. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento.

Em 31 de dezembro de 2024, os índices de endividamento líquido são conforme demonstrados a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(1)	(4)
Dívida (caixa) líquida ("DL")	(1)	(4)
Patrimônio líquido ("PL")	41.540	36.579
DL / PL	-0,002%	-0,011%

ii. Gestão do risco de mercado

Exposição a riscos cambial

A Empresa está sujeito ao risco de moedas, por meio de prestação de serviços de exportação de produtos manufaturados e semifaturados.

AGCOMEX Comercial Exportadora Ltda.
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 (expressos em R\$ mil)



COMEX

Análise de sensibilidade da exposição às taxas de câmbio

A Empresa adotou como cenário provável, a taxa de câmbio "Ptax" de venda divulgada pelo Banco Centro do Brasil em 10 de fevereiro de 2025, aumento de 25% e 50% em relação ao cenário provável, servindo de parâmetro para os cenários II e III, respectivamente. Nestes termos, foi realizada análise de sensibilidade dos efeitos da variação das taxas de câmbio nos resultados da Empresa em cenários de oscilação das moedas estrangeiras frente à moeda nacional.

Operação	Risco	31/12/2024	Período até 31 de Dezembro de 2025		
		Cenário Atual	Cenário Provável I	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Taxa de câmbio R\$/USD	Taxa USD	6,19	5,78	4,34	2,89

Em 31 de dezembro de 2024, a exposição da Empresa ocorre em função de ativos financeiros que estão sujeitos aos seguintes câmbios:

Ativos expostos	Risco	31/12/2024	Período até 31 de Dezembro de 2025		
		Cenário Atual	Cenário Provável I	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Crédito de partes relacionadas	Câmbio USD	16.298	(6.716)	(8.395)	(10.074)
Total exposição do Ativo		16.298	(6.716)	(8.395)	(10.074)
Exposição efeito líquido (resultado)			(6.716)	(8.395)	(10.074)

Assinado por:

Carlos Jose de Souza

9014477D9F98480...

Carlos José de Souza

PRESIDENTE

DocuSigned by:

Marcio Abreu

EC082189BBFD4BC...

Marcio Magno de Abreu

DIRETOR CENTRO DE GESTÃO

Assinado por:

Phillip Teixeira de Lima

F9042041C11E42C...

Phillip Teixeira de Lima

CRC MG 105.294/O-4

CONTADOR RESPONSÁVEL